

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 15 DE MAIO DE 2020

03.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONSTITUIÇÃO DE JÚRIS PARA PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO DOS CARGOS DE DIRIGENTES PARA 13 UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS (DGF, DRHI, DOMSU, DUT, DAC, DEVS, DAFCE, DET, DFC, DAS, DPT, SAdj E SCPA).

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 22250**, datado de **2020.04.27**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2020.04.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da composição dos júris propostos para os procedimentos em apreço, nos termos do art.º 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 20.910/2020, do **Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Informática**, que se passa a transcrever: “Considerando que: -----

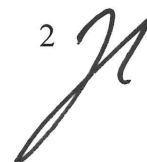
a) Aquando da designação dos dirigentes das unidades orgânicas flexíveis supra referidas, foi determinado a abertura dos respetivos procedimentos para recrutamento dos cargos dirigentes.

b) Já foram rececionadas as respostas aos convites formulados às entidades consultadas para designarem os elementos para a constituição dos júris, diligência esta feita a coberto dos despachos do Presidente da Câmara de 21/11/2018 (Mov. 4 do registo MGD 40454/2018) e de 01/02/2020 (Mov. 4 do registo 2437/2020). -----

c) Embora o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto não imponha a existência de suplentes na constituição do júri, somos de opinião de que é de todo conveniente que sejam considerados, por forma a não comprometer o normal desenrolar do processo. -----

d) O artigo 13.º da lei citada, define como requisitos para a escolha dos vogais, personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, pelo que, para os vogais suplentes se propõe a designação de trabalhadores do Município. -----

e) É da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovação da composição do júri, nos termos do citado artigo 13.º. -----



Face ao exposto, a proposta de composição do júri de cada um dos procedimentos é a seguinte: -----

1. Divisão de Gestão Financeira – DGF -----

Presidente: Eugénia Maria Lucas Ribeiro, administradora do Instituto Politécnico de Leiria. ----

1.º Vogal efetivo: Graciete Maria Coelho Raposo Campos, dirigente da Câmara Municipal de Leiria. -----

2.º Vogal efetivo: Marta Sofia Pereira Peças, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

2. Divisão de Recursos Humanos e Informática – DRHI -----

Presidente: Isabel Fernanda Lopes Duarte, diretora da direção de serviços de recursos humanos do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

2.º Vogal efetivo: Rogério Paulo Fernandes Nunes, dirigente da Câmara Municipal de Porto de Mós -----

Vogal suplente: António Miguel Freire Ribeirinho, dirigente da Câmara Municipal de Pombal ---

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

3. Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos – DOMSU -----

Presidente: Carlos Jorge Trindade da Silva Rente, professor do Instituto Politécnico de Tomar

1.º Vogal efetivo: João Pedro Frias Freitas, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Artur Jorge Patrício Gaspar, dirigente da Câmara Municipal de Pombal -----

Vogal suplente: Sandra Paula Cardoso Machado Macedo, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

4. Divisão de Urbanismo e Território – DUT-----

Presidente: Rita Ribeiro de Carvalho Ferreira Anastácio, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

1.º Vogal efetivo: Luísa Maria Silva Gonçalves, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----



2.º Vogal efetivo: Maria Leonor Domingos Calisto, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

5. Divisão de Ação Cultural – DAC -----

Presidente: Samuel José Travassos Rama, professor do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Elisabete Cotrim Gonçalves da Silva, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Margarida Cristina Freire Simões Moleiro, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

6. Divisão de Educação e Vida Saudável – DEVS -----

Presidente: Isabel Maria Paraíso Faria Lopes, diretora da direção de serviços de Serviços Académicos do Instituto Politécnico de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: Sandra Margarida Pimentel, diretora do Agrupamento de Escolas de Ourém

2.º Vogal efetivo: Maria Fernanda Pires Aparício, professora do Instituto Politécnico de Tomar

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

7. Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente – DAFCE -----

Presidente: Olinda Maria dos Santos Sequeira, professora do Instituto Politécnico de Tomar ---

1.º Vogal efetivo: Pedro Miguel Ramalho Costa, chefe de gabinete do Presidente do Instituto Politécnico de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

8. Divisão de Empreendedorismo e Turismo – DET -----

Presidente: Alexandre Miguel Santos Soares, dirigente do Instituto Politécnico de Leiria -----



1.º Vogal efetivo: Jorge Manuel Salgado Simões, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

2.º Vogal efetivo: Rui Miguel Borges Cunha, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

9. Divisão de Fiscalização e Contencioso – DFC -----

Presidente: Rogério Paulo Fernandes Nunes, dirigente da Câmara Municipal de Porto de Mós

1.º Vogal efetivo: Márcio Artur Santos Serrano, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Telma Filipa Santos Pereira, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

10. Divisão de Ambiente e Sustentabilidade – DAS -----

Presidente: Rui Miguel Gameiro das Neves Pereirinha, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

1.º Vogal efetivo: Manuel Gameiro, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

2.º Vogal efetivo: João Pedro Frias Freitas, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

Vogal suplente: Vítor Manuel de Sousa Dias, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

11. Divisão de Projetos Técnicos – DPT -----

Presidente: Carlos Jorge Trindade da Silva Rente, professor do Instituto Politécnico de Tomar

1.º Vogal efetivo: Ricardo de Jesus Gomes, professor do Instituto Politécnico de Leiria -----

2.º Vogal efetivo: Nuno Eduardo Ferreira Valente, chefe de equipa multidisciplinar da Câmara Municipal de Torres Novas -----

Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

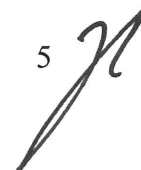
O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

12. Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude – SADJ -----

Presidente: Pedro Miguel Gonçalves Roque, dirigente da Câmara Municipal de Leiria -----

1.º Vogal efetivo: André da Silva Sousa, dirigente da Câmara Municipal de Torres Novas -----

2.º Vogal efetivo: Rui Miguel Borges Cunha, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----



Vogal suplente: Eusébio Manuel Silva Monteiro, dirigente da Câmara Municipal de Ourém ----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

13. Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento – SCPA -----

Presidente: Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida, professora do Instituto Politécnico de Tomar -----

1.º Vogal efetivo: Elisabete Cotrim Gonçalves da Silva, dirigente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere -----

2.º Vogal efetivo: Benedita Catarina Nunes Soares Duarte, dirigente da Câmara Municipal da Batalha -----

Vogal suplente: Fernando Luís Gaspar da Silva Pereira Marques, dirigente da Câmara Municipal de Ourém -----

O 1.º vogal efetivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos -----

À consideração superior para apreciação da Câmara Municipal e remessa à Assembleia Municipal para aprovação.” -----

(Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Durante 8 anos da gestão do PS na Câmara Municipal, não se registou qualquer concurso para as “chefias” municipais. Os dirigentes ficavam numa situação de nomeação em regime transitório, o que, segundo a lei, não poderia exceder os 90 dias, salvo se já estiver a decorrer o respetivo concurso. -----

Para além de ilegal, era uma forma de condicionar a ação dos dirigentes, que ficavam numa situação instável e desconfortável. -----

A Coligação Ourém Sempre, quando foi oposição, sempre criticou esta postura do PS que, continuamente, foram protelando a abertura de concursos para as chefias municipais. -----

Com esta proposta da Câmara Municipal, fica demonstrado que não mudamos de opinião quando aqui chegamos em 2017, e o que criticámos na gestão do PS durante dois mandatos, não se repetirá. -----

Estamos empenhados em realizar estes concursos para os dirigentes municipais, repondo a legalidade e trazendo estabilidade ao bom desempenho das suas funções, que são de três anos. -----

Aqui fica mais um compromisso eleitoral materializado, transmitindo credibilidade e transparência à nossa gestão municipal.” -----

= **JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO**, na qualidade de representante de grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Lamento ter de começar com esta intervenção nesta Assembleia Municipal que não é do meu agrado porque, mais uma vez, depois do meu camarada António Gameiro ter tido a necessidade de fazer uma intervenção e corrigir o deputado Orlando Cavaco relativamente à forma pouco rigorosa como descreve a história, tenho de intervir. -----

Durante os mandatos do PS nesta casa, houve abertura de concursos em algumas situações e, por isso, o afirmar lapidamente que não houve, não é verdadeiro. Aliás, houve concursos que até tiveram reclamações logo no primeiro mandato. O que aconteceu, foi que houve um conjunto de alterações orgânicas que coincidiram com determinados momentos que prorrogaram os prazos. Estou em condições de afirmar, e é uma questão de ir ao arquivo municipal, que o PS, a partir 2008, abriu processos concursais. -----

Deixava esta nota. Antes de intervenções gratuitas, informe-se.” -----

= **MARTIM JOSÉ ROSADO BORGES DE FREITAS**, na qualidade de representante de grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

Exmos. Representantes das Associações Cívicas, Desportivas, Recreativas, Culturais e Empresariais, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

Minhas Senhoras, -----

Meus Senhores, -----

Em nome do CDS-PP, gostaria de me congratular com o empenhamento colocado pelo Executivo Municipal em levar por diante a ideia de serem realizados concursos para cargos de dirigentes no Município de Ourém. -----

Como sempre temos dito, a actividade política deve nortear-se pela coerência. Durante todo o período em que a 'Coligação Ourém Sempre' exerceu o seu mandato na oposição, sempre se bateu de forma pública e transparente pela importância da concretização de concursos para os cargos de dirigentes no Município de Ourém. -----

Consideramos, pois, que esta tomada de posição irá não apenas moralizar o processo de recrutamento das chefias das estruturas em questão, como garantir um melhor funcionamento, na medida em que oferece aos seus titulares a devida estabilidade para o adequado desempenho das funções, durante o período de duração do seu exercício. -----

É bom recordar que, há mais de uma década, não se materializou qualquer concurso para as "chefias" municipais, estando os dirigentes, desde então, na situação de nomeados em regime transitório, o que, segundo a Lei, não deveria exceder os 90 dias, salvo se já estivesse a decorrer o respectivo concurso. -----

Se, no passado, estes inícios de procedimento para os concursos de dirigentes validaram as nomeações em regime transitório, hoje fica claro para todos a razão que a 'Coligação Ourém Sempre' teve ao manifestar tudo quanto manifestou sobre o assunto ao longo do tempo. De facto, acreditamos mesmo na isenção da gestão municipal! Que também é garantia de credibilidade. E que, além disso, ao promover a meritocracia, valoriza quem exerce a função. --

Honrar, também nesta matéria - e uma vez mais - os compromissos eleitorais que defendemos junto dos nossos munícipes, não os deixando cair depois de ganharmos as eleições, deverá continuar a ser uma marca do exercício do nosso mandato autárquico. -----

Muito obrigado." -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO, expôs o seguinte: "Gostaria de perguntar porque é que, em oito anos, não houve uma conclusão dos próprios concursos. Iniciar é fácil, mas chegar ao fim é que é difícil. É esta a pergunta que queria devolver ao meu colega deputado José Alho, porque é que estes concursos não concluíram. Esta é que é a grande questão." ----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor JOSÉ MANUEL PEREIRA ALHO expôs o seguinte: “Isto é uma situação um pouco desagradável e tenho pouca paciência para aturar este tipo de argumentação pouco séria. -----

Expliquei as razões. Não estava no ponto da ordem de trabalhos fazer aqui uma descrição histórica desses procedimentos. Terá de, obviamente, perguntar e informar-se, de forma circunstanciada, dessas razões porque é um processo muito longo. Se o senhor Presidente da Assembleia Municipal achar útil agendar esse assunto numa próxima reunião, eu terei todo o gosto em lhe dar essa indicação. -----

O que é lamentável, são as afirmações gratuitas e os termos que aqui foram usados são pura e simplesmente uma mentira.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “De forma a finalizar este processo, acho que é de toda a pertinência, até para validarmos aquilo que aqui foi dito, que o senhor Presidente da Câmara Municipal, na próxima sessão, nos possa trazer um histórico desta matéria para que todos saibamos como é que foram os procedimentos relativamente ao júri e à constituição para escolha de dirigentes. Como é que foi processado, diria, nos últimos três mandatos, para que tenhamos aqui um histórico e possamos fazer a nossa avaliação.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 15 de maio 2020. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

